INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Atitudes de professores face a situação de abuso sexual: o papel das crenças patriarcais

Ariadne Pereira Leite

Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:
Eunice Magalhães, Investigador Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:
Cláudia Sofia Dinis Camilo, Investigador Júnior
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2025

CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Psicologia

Atitudes de professores face a situação de abuso sexual: o papel das crenças patriarcais

Ariadne Pereira Leite

Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:
Eunice Magalhães, Investigador Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:
Cláudia Sofia Dinis Camilo, Investigador Júnior
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2025

Às crianças e jovens vítimas de abuso sexual.

Aos professores que, apesar de tanto nos ensinarem, estão sempre a aprender.

Agradecimentos

Após um grande e desafiador projeto social que capitaneei no Brasil junto do meu companheiro de vida e com quem desembarquei em Portugal em julho de 2023, tomei fôlego e comecei um novo desafio que sempre me causou sentimentos ambíguos: o mestrado. A academia sempre foi um desejo, pois estudar sempre representou para mim um ato instigante e essencial à minha prática profissional. No entanto, por muito tempo duvidei da minha capacidade de ocupar esse espaço e sentia certa resistência, talvez por percebê-lo distante da realidade prática à qual dediquei os últimos anos do meu trabalho. Ainda assim, a necessidade de aprofundar meus conhecimentos teóricos tornou-se urgente e o mestrado se constituiu como a peça que faltava na minha trajetória profissional, fortalecendo a minha atuação, sendo fonte diária de motivação, especialmente pelos encontros e trocas que me proporcionou.

Agradeço aos meus colegas de turma que tanto me ensinaram, assim como aos professores, em especial as minhas orientadoras, Eunice Magalhães e Cláudia Camilo, que foram continente nesse oceano chamado pesquisa científica, sempre muito disponíveis e organizadas, além de serem profissionais inspiradoras que certamente levarei como exemplo para toda a minha vida.

Ao meu amor, Valter Strunk, a quem agradeço profundamente por ser a pessoa que mais me desafia e incentiva a crescer profissionalmente e a ser uma pessoa melhor no mundo. Aos meus amigos, em especial Michelle Bittencourt, Isa Tuca e Mari Mac Dowell, que sempre acreditaram no meu potencial e vibram com todas as minhas conquistas como se fossem as delas.

À minha mãe, Denise Pereira, por ser inspiração ao se formar como psicóloga aos 50 anos de idade e agregar este saber a sua carreira pública, com tanta ousadia e tenacidade. Ao meu pai, Martinho Domingues, que mesmo tendo entrado para a estatística de pai ausente, ainda foi uma figura presente e protetora na minha infância e adolescência. À minha irmã, Isabela Leite, sempre disponível para me ouvir e apoiar.

Dedico também à minha terapeuta, Giselda Terron, com sua escuta atenciosa, que me impulsiona a ir mais longe. Aos meus antigos e recentes chefes e colegas de trabalho, que contribuíram para a construção da minha identidade profissional.

Por fim e não menos importante, à todas as crianças e adolescentes com quem eu tive o privilégio de me deparar ao longo da minha trajetória profissional, que mesmo nas situações mais adversas conseguem ser fonte inesgotável de esperança.

Resumo

O contexto escolar, enquanto espaço privilegiado de desenvolvimento e com potencial impacto para a trajetória das crianças e jovens, tem sido considerado central para o reconhecimento, identificação e revelação de situações de abuso sexual. Assim, o presente estudo teve como objetivo explorar o papel do género da vítima e do perpetrador nas atribuições feitas por professores em casos hipotéticos de abuso sexual de crianças, incluindo o papel moderador das crenças patriarcais.

Participaram neste estudo 283 professores do ensino básico e secundário (85.5% mulheres), que responderam online a um conjunto de questionários de autorrelato. Além disso, foram expostos aleatoriamente a uma vinheta de uma situação hipotética de abuso sexual, após a qual responderam a um conjunto de questões sobre atribuições de culpabilidade do perpetrador e da vítima, credibilidade e honestidade da vítima, e severidade do abuso.

Os resultados evidenciaram efeitos estatisticamente significativos da manipulação experimental na severidade do abuso e honestidade da vítima. Especificamente, os testes *post-hoc* revelaram que os professores reportaram níveis superiores de severidade do abuso numa situação de abuso sexual por parte do pai ao filho em comparação a uma situação por parte da mãe ao filho. Por outro lado, níveis mais elevados de honestidade da vítima foram reportados numa situação de abuso sexual por parte do pai ao filho do que por parte do pai à filha ou da mãe à filha. Não foram encontrados efeitos de moderação estatisticamente significativos.

Estes resultados reforçam a necessidade de uma formação interseccional que envolva a temática do abuso sexual, papéis de gênero e masculinidades.

Palavras Chave: Abuso Sexual de Crianças; Professores; Crenças Patriarcais; Papéis de Género.

Abstract

The school, as a privileged context for development and with a potential impact on the children and adolescents' trajectories, has been considered vital to the recognition, identification, and disclosure of child sexual abuse. Accordingly, the present study aimed to explore the role of the victim's and perpetrator's gender in teachers' attributions in hypothetical cases of child sexual abuse, including the moderating role of patriarchal beliefs.

A total of 283 primary and secondary school teachers (85.5% women) participated in the study, responding online to a set of self-report questionnaires. Additionally, they were randomly exposed to a hypothetical vignette describing a case of sexual abuse, after which they answered questions focused on victim and perpetrator blaming, the victim's credibility and honesty, and the severity of child sexual abuse.

The results revealed statistically significant effects of the experimental manipulation on the severity of child sexual abuse and the victim's honesty. Specifically, post-hoc tests showed that teachers reported higher levels of abuse severity in cases of father-to-son sexual abuse compared to mother-to-son abuse. Furthermore, higher levels of victim honesty were reported in cases of father-to-son abuse than in cases of father-to-daughter or mother-to-daughter abuse. No statistically significant moderating effects were found.

These findings underscore the need for intersectional training that addresses sexual abuse, gender roles, and masculinities.

Keywords: Child Sexual Abuse; Teachers; Patriarchal Beliefs; Gender Roles.

Índice

Agradecimentos vii

Resumo ix

Abstract xi

Introdução 1

Enquadramento Teórico 3

1.1. Abuso Sexual de Crianças e Jovens 3

1.2. Atitudes dos Professores face ao Abuso Sexual 5

1.3. O Papel das Crenças Patriarcais e do Género das Vítimas e Agressores nas Atitudes dos Professores 7

Método 11

2.1. Participantes 11

2.2. Materiais 11

2.2.1. Questionário Sociodemográfico 11

2.2.2. Crenças Patriarcais 12

2.2.3. Vinhetas de Casos Hipotéticos de Abuso Sexual 12

2.2.4. Atribuições Face à Situação de Abuso Sexual 13

2.3. Procedimentos de Recolha e Análise de Dados 13

Resultados 15

3.1. Associação entre as Variáveis em Estudo 15

3.2. Género da Vítima e do Perpetrador e Atribuições face ao Abuso Sexual: o Papel das Crenças Patriarcais 16

Discussão 19

Conclusão 25

Introdução

O abuso sexual de crianças é considerado um problema de saúde pública (Cant et al., 2022; Ensink et al., 2020; McPherson et al., 2024; Pereda et al., 2009), com implicações que podem persistir até à idade adulta, capazes de comprometer a saúde física, mental e o desenvolvimento das vítimas (Barth et al., 2013; Pereda et al., 2009; Stoltenborgh et al., 2011), além de afetar famílias e comunidades (Cant et al., 2022; Sigad, 2024).

A Organização Mundial de Saúde (1999) classificou o abuso sexual como um tipo de mau-trato que consiste no envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, podendo incluir atos com ou sem contacto físico, numa relação que envolva assimetria de poder, podendo ser perpetrado por adultos ou outras crianças. Estudos de prevalência apontam que cerca de 20% das mulheres e 8% dos homens são vítimas de violência sexual antes dos 18 anos (Pereda et al., 2009; Stoltenborgh et al., 2011). Em Portugal, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (2024), entre os anos de 2014 e 2023, o abuso sexual de crianças destacou-se como o crime com maior incidência entre os delitos cometidos contra crianças e jovens no país.

Considerando o ambiente escolar enquanto contexto privilegiado de desenvolvimento e com potencial impacto para a trajetória das crianças e jovens, este é também um contexto central para o reconhecimento, identificação e revelação de situações de abuso sexual (Márquez-Flores et al., 2016). A relação estabelecida entre alunos e professores, caracterizada pela interação quotidiana e pela confiança mútua, assume uma relevância importante na vida das crianças. Nesta dinâmica, os professores são frequentemente percecionados como figuras de referência e apoio, desempenhando um papel central enquanto destinatários da revelação de situações abusivas desta natureza (Alazri & Hanna, 2020; Küçükaydın et al., 2023; Nohilly & Treacy, 2024; Sigad et al. 2024).

Por esse motivo, na presente dissertação, focamo-nos nas atitudes dos professores face a cenários hipotéticos de abuso sexual e nos fatores explicativos destas atitudes. Além disso, atendendo à complexidade da revelação das experiências de abuso sexual (Nohilly & Treacy, 2024), e ao papel de fatores individuais, interpessoais e contextuais (Alaggia et al., 2019), pretendemos explorar o papel das crenças patriarcais nas atitudes dos professores. Com efeito, crenças patriarcais e de suporte aos papéis de género

tradicionais tendem a comprometer processos de revelação de crianças vítimas de abuso sexual (Alaggia et al., 2019).

Dessa forma, no presente trabalho pretendemos compreender o papel do género da vítima e do perpetrador nas atribuições feitas por professores em casos hipotéticos de abuso sexual de crianças, incluindo o papel moderador das crenças patriarcais.

CAPÍTULO 1

Enquadramento Teórico

1.1. Abuso Sexual de Crianças e Jovens

O abuso sexual de crianças é definido pela Organização Mundial de Saúde (1999) como o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas de cariz sexual, as quais não são compreendidas ou para as quais não possuem desenvolvimento suficiente para consentir de forma autônoma ou que violam as normas legais e socioculturais vigentes. Trata-se de um fenómeno complexo, presente em diferentes culturas, sociedades e classes sociais, não se restringindo a um grupo específico (Pereda et al., 2009; Stoltenborgh et al., 2014), podendo ocorrer independentemente do género das vítimas ou dos agressores (Cant et al., 2022; Mathews & Collin-Vézina, 2019; Stoltenborgh et al., 2011). Além disso, pode envolver diferentes comportamentos abusivos, com contacto físico (e.g. toques, carícias, penetração) ou sem contacto físico (e.g. exibicionismo, exposição à pornografia) (World Health Organization, 2022), podendo impactar, a curto e a longo prazo, a saúde física e mental das crianças vitimadas (Pereda et al., 2009), assim como as famílias, instituições e comunidades (Cant et al., 2022; Sigad, 2024).

Do ponto de vista epidemiológico, embora o abuso sexual na infância tenha se tornado, nas últimas décadas, um tema recorrente em investigações científicas, ainda existem desafios significativos na estimativa precisa da sua prevalência (Stoltenborgh et al., 2011, 2014). Estudos sobre o tema apresentam variações consideráveis nos dados, o que dificulta a estimativa confiável do número de crianças afetadas por esse tipo de violência. Essas discrepâncias decorrem, em grande parte, das diferenças conceituais na definição do que constitui o abuso sexual, refletindo a complexidade do fenômeno e as distintas abordagens metodológicas adotadas nas pesquisas (Pereda et al. 2009; Stoltenborgh et al., 2011). Além disso, há um desafio adicional relacionado com a revelação do abuso sexual por parte das vítimas e que incide diretamente sob os dados de prevalência. Múltiplos fatores, como sentimentos de culpa, vergonha ou mesmo a dificuldade em reconhecer que foram submetidas a uma situação abusiva (Klebanov et al., 2025; Kitil et al., 2025), contribuem para que muitas crianças permaneçam em silêncio e atrasem a revelação ou até mesmo não relatem o ocorrido (Alaggia et al., 2019; Snyman et al., 2025), comprometendo ainda mais a sua mensuração.

Resultados de uma meta-análise sobre a prevalência do abuso sexual de crianças, contemplando 22 países, revelaram que aproximadamente 19.7% das mulheres e 7.9%

dos homens sofreram alguma forma de abuso sexual antes dos 18 anos (Pereda et al., 2009). Estes dados são consistentes com os resultados de outra importante meta-análise conduzida por Stoltenborgh et al. (2011), que apontou uma taxa de prevalência de 18% entre mulheres e 7.6% entre homens. Destaca-se, ainda, que as mulheres apresentam um risco duas a três vezes superior ao dos homens de sofrer abuso sexual durante a infância, sendo que, aproximadamente, uma em cada dez vivencia essa experiência ao longo da vida (Barth et al., 2013). De acordo com dados recentes publicados pela UNICEF (2025), estima-se que cerca de 650 milhões de raparigas e mulheres em todo o mundo tenham sido vítimas de violência sexual durante a infância, o que representa uma em cada cinco. Ainda assim, os números relativos aos rapazes e homens também não são negligenciáveis: entre 410 e 530 milhões, ou aproximadamente um em cada sete, sofreram esse tipo de violência na mesma fase da vida.

No âmbito da realidade portuguesa, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna de 2024, o fenómeno enquadra-se, do ponto de vista penal, como o crime contra a liberdade e autodeterminação sexual com o maior número de inquéritos iniciados e detenções (seguido de violação e pornografia de menores), perpetrado, maioritariamente, por pessoas do sexo masculino (93.8%), atingindo 68.4% de raparigas entre 8 e 13 anos (Ministério da Administração Interna, 2024). O predomínio do abuso sexual em raparigas também é identificado no Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de 2024, com maior incidência na faixa etária entre os 11 e 14 anos de idade. De acordo com o relatório, no ano de 2024, houve 1329 sinalizações de abuso sexual de crianças no país, representando um aumento de 67 casos em relação ao ano de 2023. Adicionalmente, o abuso sexual contra crianças e adolescentes pode ocorrer em distintos contextos, sendo estimado que um terço dos casos ocorram no ambiente familiar, perpetrados por membros da própria família, envolvendo pais biológicos, padrastos/madrastas ou irmãos/irmãs (Seto et al., 2015). Em Portugal, em 2024, 39.1% dos casos foram cometidos por um familiar da vítima (Relatório Anual de Segurança Interna, 2024).

As experiências de abuso sexual na infância, intrafamiliares ou extrafamiliares, podem comprometer significativamente o desenvolvimento das crianças e jovens, desencadeando sintomas que afetam os mecanismos de regulação emocional, assim como o funcionamento cognitivo e interpessoal das vítimas (Ensink et al., 2020). Com efeito, os estudos reconhecem, de maneira transversal, o potencial impacto negativo do abuso sexual no desenvolvimento das crianças, com consequências físicas, psicológicas e

emocionais, que podem se manifestar ao longo do tempo (Pereda et al. 2009). Uma revisão sistemática de literatura conduzida por Nagtegaal e Boonmann (2021) identificou que as vítimas, em comparação com indivíduos que nunca viveram uma situação de abuso sexual, tendem a apresentar mais sintomas de ordem física (e.g., problemas ginecológicos, gastrointestinais, obesidade) e psicológica (e.g., ansiedade, depressão, perturbações alimentares, ideação suicida).

Além dos impactos do abuso sexual nas vítimas, os efeitos estendem-se frequentemente aos familiares não envolvidos, bem como às instituições e comunidades (Cant et al., 2022; Mathews & Collin-Vézina, 2019; Pereda et al. 2009; Sigad, 2024). No âmbito familiar, tais repercussões podem desencadear reações adversas em relação à criança vítima, por meio de rejeição, desconfiança, silenciamento ou mesmo exclusão social, o que, por sua vez, pode intensificar sentimentos de culpa e vergonha na criança (Klebanov et al., 2025). A nível comunitário e institucional, o abuso sexual pode gerar processos sociais de estigmatização e uma sensação coletiva de insegurança (Ferreira et al., 2020).

Apesar dos impactos negativos, a investigação mostra que estes variam em função de um conjunto de fatores de risco e proteção, sugerindo a necessidade de compreender as experiências individuais e os contextos culturais em que as experiências abusivas ocorrem (MacIntosh & Ménard, 2021). Ainda que a experiência do abuso sexual na infância possa ter impacto significativo e negativo na saúde mental ao longo do ciclo de vida da vítima, entre 25% e 30% das vítimas não apresentam sintomas clinicamente significativos (Ensink et al., 2020), o que sugere o potencial papel de um conjunto de fatores de proteção (MacIntosh & Ménard, 2021). Com efeito, a investigação sugere que o suporte social, a validação e a credibilidade conferidas às vítimas por outros significativos desempenham um papel protetor fundamental para o seu funcionamento psicológico e emocional (Ensink et al., 2020). Por esse motivo, no presente estudo pretendemos explorar estes aspetos relacionados com atribuições de culpabilidade (à vítima e perpetrador, credibilidade, honestidade da vítima e severidade do abuso, por parte de professores, atendendo ao seu papel enquanto figuras de referência num contexto desenvolvimental central para as crianças, como a escola.

1.2. Atitudes dos Professores face ao Abuso Sexual

Os professores apresentam-se como figuras significativas no contexto escolar, na medida em que são capazes de observar de forma sistemática as crianças e adolescentes

e os seus padrões comportamentais (Nohilly & Treacy, 2024; Sigad, 2024). Além do seu papel profissional, os professores estabelecem vínculos interpessoais significativos com as crianças, influenciando o seu bem-estar e desenvolvimento socioemocional (Nohilly & Treacy, 2024). A relação quotidiana construída entre estes elementos propicia o estabelecimento de um vínculo de confiança que pode encorajar a revelação de casos de abuso sexual pelas crianças aos professores (Alazri & Hanna, 2020; Alkış Küçükaydın et al., 2023; Sigad, 2024).

Embora uma relação segura e próxima entre os professores e as crianças constitua um fator potencialmente protetor face à revelação de situações abusivas, esse elemento, isoladamente, nem sempre se revela suficiente para que a criança se sinta disposta a expor a experiência vivenciada (Nohilly & Treacy, 2024). Diversos fatores contribuem para a forma como os professores abordam a revelação de casos de abuso sexual, entre eles a formação sobre o tema e o grau de familiaridade com as diretrizes institucionais relacionadas com a identificação, gestão e comunicação dessas situações (Sigad et al., 2024). Um estudo conduzido por Márquez-Flores et al. (2016), com uma amostra de professores na cidade de Málaga, em Espanha, revelou que 65.3% dos participantes nunca receberam formação sobre abuso sexual, o que poderá impactar o seu papel com crianças vítimas. Não obstante, a maioria dos profissionais demonstrou uma atitude positiva e aberta quanto à aplicação dos programas de prevenção do abuso sexual. Além destes fatores individuais relacionados com os conhecimentos, sabemos que os fatores socioculturais (e.g., enquadramento legal, crenças patriarcais) desempenham um papel fundamental na construção social sobre o fenómeno, incluindo as perceções, conceções e práticas dos professores para lidarem com situações de abuso sexual de crianças reveladas em contexto escolar (Sigad, 2024; UNICEF, 2023).

Assim, as atitudes dos professores em relação ao abuso sexual de crianças são frequentemente moldadas por uma combinação complexa de fatores pessoais, socioculturais, económicos, étnicos e religiosos (Sigad, 2024). Esses elementos afetam, significativamente, a forma como os professores interpretam e respondem às situações de abuso que chegam ao seu conhecimento, determinando as suas ações e decisões. Alazri e Hanna (2020), a partir de uma revisão de literatura, classificaram os fatores envolvidos nos comportamentos de denúncia em contexto escolar, de casos de negligência e abuso de crianças em três categorias: (1) caraterísticas do sistema educativo (e.g., ciclo de ensino, contexto escolar, existência de uma lei de notificação obrigatória), (2) caraterísticas da vítima (e.g., estatuto socioeconómico, gravidade do abuso, tipo de

família das vítimas) e (3) caraterísticas do denunciante (e.g., conhecimentos sobre abuso e negligência de crianças, experiência profissional e formação académica, experiências anteriores com casos de abuso/negligência de crianças, autoconfiança na capacidade de denúncia, relações significativas com outras pessoas, ou atitudes em relação à denúncia). No referido estudo, especificamente, no que se refere às características do sistema educativo, professores do ensino pré-escolar e básico tendem a reportar mais do que os do ensino secundário situações de abuso e negligência. O contexto escolar também é relevante: professores em áreas urbanas nos Estado Unidos da América relataram mais casos de violência física do que os de zonas suburbanas, enquanto professores em regiões rurais de El Salvador demonstraram hesitação devido ao medo de represálias. A existência de legislação de notificação obrigatória mostrou-se associada a um maior número de denúncias e a um maior conhecimento legal por parte dos profissionais. Do mesmo modo, uma maior perceção da gravidade do abuso surgiu associada a uma maior frequência de denúncias. No que se refere às características dos denunciantes, o conhecimento sobre abuso sexual na infância e sobre os procedimentos de denúncia mostrou-se um fator determinante, sendo que níveis mais baixos de conhecimento estão associados a uma menor propensão para denunciar. Embora a experiência profissional e a formação geral não tenham apresentado correlação significativa com a denúncia, a formação específica sobre o tema aumentou a intenção de denunciar. A experiência prévia com casos de abuso sexual, a autoconfiança e o apoio dos colegas também influenciaram positivamente o comportamento de denúncia (Alazri & Hanna, 2020).

Atendendo à forma como crenças, atitudes e normas sociais influenciam a conceção social do que se compreende como violência contra as crianças (UNICEF, 2023), neste estudo vamos explorar o papel específico das crenças patriarcais.

1.3. O Papel das Crenças Patriarcais e do Género das Vítimas e Agressores nas Atitudes dos Professores

As crenças patriarcais são definidas como um conjunto de normas e valores que privilegiam a dominância do poder dos homens em diferentes contextos sociais (Haj-Yahia et al., 2015). Segundo Lerner (2019), o patriarcado materializa-se na estruturação das relações familiares e econômicas, e na consolidação de estruturas burocráticas governamentais e religiosas baseadas na dominância masculina. Com efeito, o patriarcado constitui e evidencia a estrutura institucionalizada da dominação masculina numa hierarquia em que há uma correlação significativa entre posição social e género (Santos

et al., 2022). Para Haj-Yahia (2005), o patriarcado está estruturado em torno de três dimensões: (1) a existência de uma estrutura dominante que impede a ascensão de certos grupos em detrimento de outros (i.e., o grupo dominante restringe o acesso a recursos essenciais para manter a sua posição de poder e perpetuar o desequilíbrio existente em relação ao grupo subordinado); (2) relações de poder e controlo, configurando-se como elementos centrais que sustentam e perpetuam a estrutura social existente; e (3) a manutenção do poder dos homens sobre as mulheres e as crianças, na família e na sociedade com base na dominância e no controlo.

O sistema patriarcal estabelece um contexto relacional entre homens e mulheres fundamentado na desigualdade de género e no controlo coercivo masculino. Neste contexto, a violência contra as mulheres é legitimada, normalizada e sustentada como uma manifestação da masculinidade hegemônica, ao mesmo tempo que se reforça a conceção de que a agressividade e a força física são atributos inerentes e socialmente prescritos dentro dos ideais culturais de masculinidade (Alsawalqa & Alrawashdeh, 2022). Ademais, as mesmas definições e expectativas criadas para que ambos os géneros se comportem de determinada forma promovem distorções nas perceções e atitudes face às situações de violência sexual (Márquez-Flores et al., 2016). As crenças e os estereótipos associados ao género influenciam não apenas o comportamento individual, mas também a forma como os homens e as mulheres são percebidos e tratados socialmente, por meio da reprodução de papéis de género (Unger et al., 2009).

Compreender os efeitos das crenças patriarcais no contexto do abuso sexual exige uma análise crítica dos papéis de gênero e de como estes moldam as atitudes sociais em relação às vítimas e aos perpetradores. De acordo com Magalhães et al (2021), os homens, comparativamente às mulheres, tendem a minimizar mais a severidade das consequências do abuso sexual, a atribuir menor responsabilidade ao agressor e a questionar com maior frequência a credibilidade das vítimas, com base na internalização das crenças culturais sobre a superioridade masculina e dos papéis de género tradicionais, bem como por níveis reduzidos de empatia. Por outro lado, as mulheres tendem a culpabilizar mais o perpetrador (Davies & Rogers, 2009), a atribuir maior credibilidade às vítimas e a considerar o abuso mais severo (Davies & Rogers, 2009; Magalhães et al., 2025).

Além disso, de acordo com uma revisão de literatura realizada por Davies e Rogers (2006), homens tendem a culpabilizar mais as vítimas do género masculino do que as do género feminino, especialmente quando os julgamentos são influenciados por estereótipos de masculinidade, que envolvem a expectativa de que homens devem ser

capazes de resistir fisicamente a uma agressão ou que devem aceitar qualquer tipo de interação sexual, especialmente quando esta é perpetrada por uma mulher. A pressão social baseada nos papéis de género perpetua a maior culpabilização das vítimas do sexo masculino pelo abuso sofrido e pelo postergar da revelação (Easton et al., 2014). Segundo Snyman et al (2025), a dificuldade no processo da revelação por parte de vítimas do género masculino revela a pressão para corresponder às crenças e ideais de masculinidade que suprimem a sua vulnerabilidade emocional; por seu turno, estes processos potenciam os seus sentimentos de vergonha e culpa, especialmente quando o agressor é do mesmo sexo, gerando medo de reações homofóbicas e dúvidas sobre a sua identidade sexual. Os estereótipos de masculinidade também contribuem para avaliações mais negativas quando a vítima masculina é percebida como homossexual, sendo vistas como menos credíveis e até responsáveis pelo abuso (Davies & Rogers, 2006).

Quanto ao género do perpetrador, os papéis de género contribuem para a perpetuação da imagem das mulheres, especialmente das mães, como figuras naturalmente cuidadoras e emocionalmente sensíveis (Magalhães et al., 2022; Iaconelli, 2023). Essa construção social reforça a crença de que as mulheres não cometem agressões sexuais, invisibilizando comportamentos abusivos para com os/as filhos/as, como evidenciado no estudo com vinhetas de Gerke et al. (2024), que incluiu profissionais da educação e constatou que situações de abuso perpetradas por homens foram classificadas como mais severas do que aquelas cometidas por mulheres, especialmente quando o avaliador era do género masculino. Embora a violência sexual cometida por mulheres seja menos frequente do que a perpetrada por homens, estudos internacionais indicam que entre 1% e 17% de mulheres perpetram experiências sexualmente abusivas, sendo que estas estimativas variam em função do tipo de abuso, da população estudada e dos critérios metodológicos adotados (Cortoni et al., 2010; Denov, 2004; Gerke et al., 2024). Revisões sistemáticas também apontam que esses números tendem a ser subestimados, devido à resistência social em reconhecer as mulheres como perpetradoras e à relutância das vítimas em denunciar, especialmente na infância e adolescência (Gannon & Cortoni, 2010; Sigad et al, 2024). A minimização e normalização social do abuso cometido por mulheres dificulta, assim, o reconhecimento da experiência como abusiva, especialmente por parte de homens vítimas, devido a estereótipos que associam a sexualidade masculina à disposição e ao desejo sexual (Snyman et al., 2025).

No contexto do abuso intrafamiliar, um estudo experimental de Magalhães et al. (2022) demonstrou que raparigas mais novas vítimas da mãe tendem a ser percebidas

como menos credíveis ao relatarem uma situação de abuso sexual, em comparação com adolescentes em situações semelhantes. Este resultado sugere que a menor idade da vítima pode intensificar a resistência social em aceitar a possibilidade de abuso materno, possivelmente por contrariar representações sociais fortemente enraizadas que associam a maternidade ao cuidado (Denov, 2004; Iaconelli, 2023; Magalhães et al., 2022).

A partir da presente revisão de literatura, esta dissertação propõe-se a explorar o papel do género da vítima e do perpetrador nas atribuições feitas por professores em casos de abuso sexual de crianças, com especial atenção ao papel moderador das crenças patriarcais. Com base na literatura existente, formulam-se as seguintes hipóteses de investigação: (a) professores do género masculino tenderão a apresentar níveis mais elevados de crenças patriarcais, o que se associará a uma menor atribuição de honestidade e credibilidade à vítima; (b) professores com mais anos de experiência profissional demonstrarão atitudes mais positivas e adequadas face a situações de abuso sexual; (c) em função dos estereótipos de género, a gravidade do abuso sexual será percebida como menor quando a perpetradora for a mãe, em comparação com situações em que o agressor é o pai; (d) vítimas do género masculino serão mais culpabilizadas, refletindo a reprodução de papéis de género tradicionais.

CAPÍTULO 2

Método

2.1. Participantes

Participaram neste estudo professores do ensino básico e secundário e que cumulativamente compreendiam a língua portuguesa, tanto na modalidade oral quanto escrita. Um total de 399 participantes acederam ao link, no entanto, apenas 283 apresentaram respostas válidas que foram consideradas para as análises, uma vez que: 2 participantes não consentiram, 82 não completaram os dados todos necessários, e 32 não responderam corretamente a pelo menos uma questão do *manipulation check*.

Assim, foram considerados no presente estudo 283 professores com idades compreendidas entre os 23 e os 78 anos (*M* = 51.44; *DP* = 10.50), a maioria do género feminino (85.5%). Quanto ao estado civil, observou-se que 64.2% dos participantes são casados, 20.9% solteiros, 13.1% divorciados e 1.8% viúvos. No que se refere à formação académica, verificou-se que a maioria concluiu o 1.º ciclo do ensino superior/licenciatura (54.8%), seguido pelo 2.º ciclo/mestrado (34.6%), e do 3.º ciclo/doutoramento (3.5%). No que diz respeito à experiência profissional, 88.7% exerce atualmente funções como professor, no contexto público (83.7%), com uma média de 25.14 anos de experiência (*DP* = 11.74). A maioria apresenta mais de 20 anos de experiência profissional (68.1%), 19.4% entre 10 e 20 anos de experiência e 12.5% apresenta menos de 10 anos de experiência profissional como professor. No que diz respeito ao nível de ensino em que lecionam, 29.3% lecionam no 1º ciclo, 19.8% no 3º Ciclo, 17.7% no 2º Ciclo, 16.3% no Ensino Secundário, e 15.8% em mais do que um ciclo de estudos. Finalmente, a maior parte dos professores refere não conhecer/ter conhecido uma criança/adolescente vítima de abuso sexual (59%).

2.2. Materiais

2.2.1. Questionário Sociodemográfico

Foi utilizado um questionário sociodemográfico para caracterizar os participantes deste estudo no que se refere à idade, género, estado civil, habilitações académicas, contexto profissional, experiência profissional, e conhecimento de crianças/adolescentes vítimas de abuso sexual.

2.2.2. Crenças Patriarcais

Para avaliar as crenças patriarcais foi utilizada a subescala de *Papeis Domésticos Genderizados* da Escala de Crenças Patriarcais (Yoon et al., 2015; versão portuguesa de Magalhães et al., 2025), composta por onze itens (e.g., *Um homem deve ser quem sustenta a família*), respondidos numa escala tipo *Likert* de 7 pontos (1 = "Discordo Fortemente" a 7 = "Concordo Fortemente"). O valor de consistência interna desta subescala obtido na versão portuguesa (α =.94) (Magalhães et al., 2025) e no presente estudo foi excelente (α =.91).

2.2.3. Vinhetas de Casos Hipotéticos de Abuso Sexual

No sentido de testar o papel do género do agressor e da vítima de abuso sexual no que diz respeito às atribuições dos participantes foram elaboradas quatro vinhetas, sendo que cada participante apenas foi exposto a uma vinheta aleatoriamente apresentada. As quatro vinhetas são apresentadas a seguir.

> (1) Maria tem 7 anos, é filha de pais divorciados, mora com a mãe, e visita o pai ao fim-de semana. Num desses fins-de-semana, ao voltar para casa da mãe no domingo, Maria estava apática. Quando a mãe a questionou sobre se se passava algo errado, Maria refere que o pai tinha entrado no seu quarto enquanto ela dormia, acordou-a tocando nos seus genitais e disse-lhe para tocar também nos dele.
>
> (2) Maria tem 7 anos, é filha de pais divorciados, mora com o pai, e visita a mãe ao fim-de semana. Num desses fins-de-semana, ao voltar para casa do pai no domingo, Maria estava apática. Quando o pai a questionou sobre se se passava algo errado, Maria refere que a mãe tinha entrado no seu quarto enquanto ela dormia, acordou-a tocando nos seus genitais e disse-lhe para tocar também nos dela.
>
> (3) Manuel tem 7 anos, é filho de pais divorciados, mora com a mãe, e visita o pai ao fim-de semana. Num desses fins-de-semana, ao voltar para casa da mãe no domingo, o Manuel estava apático. Quando a mãe o questionou sobre se se passava algo errado, Manuel refere que o pai tinha entrado no seu quarto

enquanto ele dormia, acordou-o tocando nos seus genitais e disse-lhe para tocar também nos dele.

(4) Manuel tem 7 anos, é filho de pais divorciados, mora com o pai, e visita a mãe ao fim-de semana. Num desses fins-de-semana, ao voltar para casa do pai no domingo, Manuel estava apático. Quando o pai o questionou sobre se se passava algo errado, Manuel refere que a mãe tinha entrado no seu quarto enquanto ele dormia, acordou-o tocando nos seus genitais e disse-lhe para tocar também nos dela.

2.2.4. Atribuições Face à Situação de Abuso Sexual

Após a leitura da vinheta, cada participante respondeu a um questionário composto por 10 itens (Davies & Rogers, 2009; Magalhães et al., 2021) respondidos numa escala do tipo *Likert* de 7 pontos (de 1 "Discordo Totalmente" a 7 "Concordo Completamente") e que permitem avaliar as seguintes dimensões: *Severidade do Abuso* (e.g., A vida da Maria/Manuel poderá ser afetada negativamente por este acontecimento; $\alpha = .77$); *Honestidade da Vítima* (e.g., A Maria/Manuel está a dizer a verdade acerca do acontecimento; $\alpha = .79$), *Culpabilidade da Vítima* (e.g., A Maria é culpada pelo que aconteceu; $\alpha = .70$), *Culpabilidade do Perpetrador* (e.g., O pai/mãe é responsável por este acontecimento; $\alpha = .91$) e *Credibilidade da Vítima* (e.g., A Maria/Manuel é capaz de providenciar uma descrição correta do que aconteceu; $\alpha = .72$) (Magalhães et al., 2021).

No presente estudo, foram obtidos os seguintes valores de consistência interna: *Severidade do Abuso* ($\alpha = .66$; $\rho = .51$), *Honestidade da Vítima* ($\alpha = .77$; $\rho = .62$), *Culpabilidade da Vítima* ($\alpha = .22$; $\rho = .13$) *Culpabilidade do Perpetrador* ($\alpha = .68$; $\rho = .52$) e *Credibilidade da Vítima* ($\alpha = .58$; $\rho = .42$). Apesar dos valores de *Alfa de Cronbach* genericamente baixos para todas as dimensões (o que é estatisticamente expectável face ao número reduzido de itens por dimensão), os valores de correlação *inter-item* situaram-se todos acima de .15 (exceto na dimensão de Culpabilidade da Vítima). Neste sentido, apenas a dimensão de Culpabilidade da Vítima não será utilizada nas análises estatísticas.

2.3. Procedimentos de Recolha e Análise de Dados

Este estudo integra um projeto de investigação mais amplo cujo objetivo passa por explorar as atitudes de profissionais de diferentes áreas relativamente ao abuso sexual na infância e adolescência, e que obteve parecer favorável por parte da Comissão de Ética

do CIS-Iscte (Ref. 24026). A recolha de dados foi conduzida entre dezembro de 2024 e março de 2025 através do *Qualtrics*, tendo sido o link distribuído em redes sociais (e.g., *WhatsApp*; *Facebook)*. Os participantes foram previamente informados de que a participação seria voluntária, sem qualquer tipo de compensação financeira ou de outra natureza, e dependeria da aceitação do consentimento informado. Além disso, não foram recolhidos dados pessoais dos participantes. Para verificar a eficácia da manipulação experimental ("*manipulation check*"), os participantes responderam a três questões sobre a vinheta a que foram expostos: (1) A criança era do sexo (com as opções de resposta "Masculino", "Feminino" e "Não sei/Não me lembro"); (2) A criança morava com (alternativas de resposta "A mãe", "O pai", "Não sei/Não me lembro") e (3) A criança foi passar o fim de semana (alternativa de resposta "A casa da mãe", "A casa do pai", "Não sei/Não me lembro"). Apenas os participantes que responderam corretamente a todas as questões foram incluídos nas análises.

Para analisar os dados recolhidos, utilizou-se o *IBM SPSS Statistics* (Versão 29.0.2.0) tendo se procedido primeiro às análises descritivas, correlacionais e depois de variância. Especificamente, foram realizadas análises de correlação de *Pearson* entre as variáveis do estudo e variáveis sociodemográficas relevantes. Atendendo à evidência prévia que sugere diferenças de género significativas nas variáveis em estudo (e.g., Alcantara et al., 2019; Davies et al., 2013; Rogers et al., 2014), e aos efeitos estatisticamente significativos encontrados neste estudo em função do género e anos de experiência profissional, estas variáveis foram controladas nas análises de variância. Assim, foi efetuada uma MANCOVA para testar o efeito da manipulação experimental do género da vítima e agressor nas atribuições dos professores, controlando para o género e anos de experiência profissional. Para testar o efeito moderador das crenças patriarcais, e na linha de estudos anteriores (Magalhães et al., 2021, 2025), dois grupos de participantes foram criados: (1) participantes que reportam níveis reduzidos/médios de crenças patriarcais (n=183; 64.7%; i.e., pontuações abaixo do percentil 70) e (2) participantes que reportam níveis elevados de crenças patriarcais (n=100; 35.3%; i.e., pontuações acima do percentil 70).

CAPÍTULO 3

Resultados

3.1. Associação entre as Variáveis em Estudo

Os resultados sugerem associações estatisticamente significativas e positivas entre todas as dimensões das atribuições, exceto entre a severidade do abuso e a credibilidade da vítima (Quadro 3.1.). Além disso, foram observadas associações estatisticamente significativas e positivas entre as crenças patriarcais e o género dos professores assim como com o seu conhecimento sobre crianças ou adolescentes vítimas. Especificamente, os professores homens e os que não conhecem vítimas de abuso sexual apresentam níveis significativamente superiores de crenças patriarcais. Foram também encontradas associações estatisticamente significativas e negativas entre o género e a honestidade da vítima e a credibilidade da vítima, na medida em que os professores homens tendem a reportar níveis inferiores nestas dimensões. Finalmente, foram encontradas associações estatisticamente negativas entre as crenças patriarcais e a severidade do abuso.

A idade dos professores surge positiva e significativamente associada aos anos de experiência profissional, e negativamente ao contexto escolar em que exerce/ou exerceu funções, ao conhecimento de vítimas de abuso sexual, à severidade do abuso e à credibilidade da vítima. Especificamente, professores mais velhos tendem a apresentar mais experiência profissional, a desempenhar funções em contexto público, a referir já ter conhecido uma vítima de abuso sexual, e a apresentar pontuações mais reduzidas de severidade do abuso e de credibilidade da vítima. O mesmo padrão de resultados foi obtido para a variável de anos de experiência profissional, e atendendo a que o valor de correlação da idade com o tempo de experiência profissional é superior a .80, nas análises de covariância apenas será controlado o efeito da experiência profissional para prevenir problemas de multicolinearidade. Selecionou-se a variável tempo de experiência para controlar atendendo aos valores superiores obtidos nas correlações com as variáveis em estudo, por comparação com a idade (Quadro 3.1.).

Quadro 3.1

Associações entre as Variáveis em Estudo

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Idade	1								
2. Gênero	.037	1							
3. Anos de experiência	.866**	-.004	1						
4. Contexto escolar	-.379**	-.069	-.420**	1					
5. Conhecimento de vítimas	.131*	.053	.124*	-.213**	1				
6. Crenças Patriarcais	.061	.130*	.004	.023	-.131*	1			
7. Severidade do abuso	-.131*	-.039	-.167**	.046	.072	-.128*	1		
8. Honestidade da vítima	-.044	-.182**	-.063	-.092	.005	-.110	.185**	1	
9. Culpabilidade do perpetrador	-.010	-.005	-.025	-001	.047	-.018	.271**	.311**	1
10.Credibilidade da vítima	-.139*	-.117*	-.136*	-.022	.028	-.036	.115	.403**	.136*

Nota: * p < 0.05; ** p < 0.01; *M* = Média; *DP* = Desvio Padrão; Género: 0 (Mulher), 1 (Homem); Conhecimento de vítimas (Conhece alguma criança/adolescente que foi vítima de abuso sexual): 0 (Não Conhece), 1 (Conhece); Contexto escolar: 0 (Público), 1 (Privado).

3.2. Género da Vítima e do Perpetrador e Atribuições face ao Abuso Sexual: o Papel das Crenças Patriarcais

No que diz respeito à homogeneidade das variâncias e covariâncias, os resultados da MANCOVA revelaram um valor do teste Box para a igualdade das matrizes estatisticamente significativo (*Box's M* = 334.346; $p < .001$). No entanto, obtivemos valores estatisticamente não significativos no teste Levene para todas as dimensões de atribuições ($p > .05$). Neste sentido, recorremos ao teste do *Wilks' Lambda* para interpretar os efeitos multivariados.

Os resultados revelaram efeitos principais (*Wilks' Lambda* = .950, $p = .316$, $\eta_p^2 = .017$) e moderação (*Wilks' Lambda* = .980, $p = .250$, $\eta_p^2 = .020$) das crenças patriarcais estatisticamente não significativos. No entanto, verificámos efeitos estatisticamente significativos da manipulação experimental (*Wilks' Lambda* = .921, $p = .037$, $\eta_p^2 = .027$). As análises univariadas revelaram efeitos estatisticamente significativos para a severidade do abuso ($F(3, 277) = 2.745$, $p = .043$; $\eta_p^2 = .030$) e honestidade da vítima ($F(3, 277) = 4.174$, $p = .007$; $\eta_p^2 = .045$). Especificamente, os testes post-hoc revelaram que os professores tendem a reportar níveis superiores de Severidade do Abuso numa

situação de abuso sexual por parte do pai ao filho (*M* = 6.80, *DP* = .44) do que numa situação de abuso sexual por parte da mãe ao filho (*M* = 6.50, *DP* = .78) (*p* = .031). Por outro lado, níveis mais elevados de honestidade da vítima foram reportados numa situação de abuso sexual por parte do pai ao filho (*M* = 5.50, *DP* = 1.26) comparativamente a situações de abuso por parte do pai à filha (*M* = 4.99, *DP* = 1.31; *p* = .016) ou da mãe à filha (*M* = 4.92, *DP* = 1.25; *p* = .015) (Quadro 3.2).

Além disso, não foram encontrados efeitos de moderação estatisticamente significativos das crenças patriarcais na relação entre a manipulação experimental e as atribuições (*Wilks' Lambda*= .950, F(12,701) = 1.150, p=.316, η_p^2 = .017).

Quadro 3.2

Diferenças nas Atribuições face ao Abuso Sexual em função da Manipulação Experimental.

	Cenário de Abuso Sexual	*M*	*DP*	*N*
Severidade do Abuso	Rapariga vítima do pai	6.62	.69	70
	Rapariga vítima da mãe	6.66	.56	67
	Rapaz vítima do pai	6.80	.44	72
	Rapaz vítima da mãe	6.50	.78	69
Honestidade da Vítima	Rapariga vítima do pai	4.99	1.31	70
	Rapariga vítima da mãe	4.92	1.25	67
	Rapaz vítima do pai	5.50	1.26	72
	Rapaz vítima da mãe	5.02	1.26	69
Culpabilidade do Perpetrador	Rapariga vítima do pai	6.57	.82	70
	Rapariga vítima da mãe	6.48	.89	67
	Rapaz vítima do pai	6.67	.68	72
	Rapaz vítima da mãe	6.55	.76	69
Credibilidade da Vítima	Rapariga vítima do pai	5.04	1.32	70
	Rapariga vítima da mãe	4.75	1.59	67
	Rapaz vítima do pai	5.22	1.33	72
	Rapaz vítima da mãe	5.00	1.37	69

CAPÍTULO 4

Discussão

A relação estabelecida entre alunos e professores é particularmente importante na vida das crianças, constituindo-se como figuras de referência e apoio, incluindo em situações sexualmente abusivas (Alazri & Hanna, 2020; Küçükaydın et al., 2023; Nohilly & Treacy, 2024; Sigad et al. 2024). Por esse motivo, na presente dissertação explorámos as atitudes dos professores face a cenários hipotéticos de abuso sexual. Do mesmo modo, atendendo ao papel de fatores individuais, interpessoais e contextuais nas atitudes e atribuições sociais face ao abuso sexual (Alaggia et al., 2019), explorámos ainda o papel moderador das crenças patriarcais na relação entre a manipulação experimental e as atitudes dos professores.

Inicialmente, procedemos ao teste de um conjunto de associações com vista à identificação de potenciais variáveis a controlar nas análises de variância. Os resultados revelaram que professores do género masculino tendem a atribuir níveis mais baixos de honestidade e credibilidade às vítimas. Estes resultados estão alinhados com a literatura que tem demonstrado que os homens tendem a atribuir menor honestidade e credibilidade às vítimas de abuso sexual (Davies & Rogers, 2009; Magalhães et al, 2022). Este resultado pode ser explicado pelas crenças endossadas pelos participantes do género masculino, uma vez que, os professores homens apresentam também níveis significativamente superiores de crenças patriarcais, comparativamente às mulheres. Assim, visões tradicionais sobre papéis de gênero e sexualidade por parte dos professores homens podem reforçar a sua perspetiva sobre as vítimas, de menor honestidade e credibilidade, à semelhança do que outros autores têm vindo a reportar (Cromer & Goldsmith, 2010; Magalhães et al., 2022).

Além disso, professores mais velhos e com mais experiência profissional apresentaram pontuações mais reduzidas de severidade do abuso e de credibilidade da vítima. Esses resultados sugerem que professores mais velhos, embora mais experientes, podem estar menos expostos a treino específico sobre este fenómeno, o que pode influenciar negativamente a sua sensibilização para temáticas relacionadas com o abuso sexual de crianças (Nohilly & Treacy, 2024). Embora estudos indiquem que professores com mais anos de experiência profissional tendem a apresentar atitudes mais positivas em relação ao abuso sexual (Choo et al., 2013; Goebbles et al., 2008), tal pode antes refletir a sua maior exposição a treino especializado e não tanto à experiência *per se*

(Márquez-Flores, 2016). Se por um lado, professores com mais experiência profissional foram, possivelmente, mais frequentemente confrontados com casos de abuso sexual, e nesse sentido, se esperava que pudessem ter maior familiaridade com o tema, por outro lado, os resultados deste estudo sugerem que esse contacto com vítimas de abuso sexual não é suficiente para potenciar atitudes e atribuições mais positivas. Com efeito, esse maior contacto pode também estar associado ao desenvolvimento de mecanismos de defesa ou de distanciamento emocional, nem sempre integrando de forma adequada o conhecimento técnico e ético sobre o abuso sexual de crianças (Sigad et al., 2022).

Os resultados da análise multivariada de covariâncias (controlando para o género e anos de experiência profissional dos participantes) revelaram que os professores tendem a reportar níveis superiores de severidade do abuso numa situação de abuso sexual por parte do pai ao filho comparativamente a uma situação de abuso sexual por parte da mãe ao filho. Esse mesmo padrão foi identificado no estudo com vinhetas realizado por Gerke et al. (2024), cuja amostra era composta maioritariamente por educadores e assistentes sociais, sendo que os participantes também atribuíram maior severidade às situações em que o agressor era do sexo masculino. Estes resultados parecem reforçar a crença de que os homens são mais frequentemente perpetradores, refletindo uma associação entre masculinidade, agressividade e comportamentos violentos (Alsawalqa & Alrawashdeh, 2022), enquanto as mulheres são percebidas como cuidadoras e mais facilmente identificadas como vítimas do que como agressoras (Magalhães et al, 2022; Márquez-Flores et al., 2016). Apesar de existirem evidências consistentes de que as mulheres também podem ser perpetradoras de abuso sexual, persiste uma dificuldade em reconhecer a gravidade da violência quando cometida por uma mulher o que pode favorecer a sua invisibilidade e perpetuar estigmas que dificultam a proteção das vítimas (Vázquez-Tirado, 2022).

Além disso, os resultados revelaram que os participantes atribuíram significativamente mais honestidade à vítima num cenário hipotético de abuso sexual por parte do pai ao filho, do que em cenários hipotéticos que envolviam vítimas do sexo feminino, fosse o agressor o pai ou a mãe. Este resultado é curioso, divergindo da nossa hipótese de investigação, pois de acordo com os estereótipos de género e estudos sobre vítimas do género masculino, espera-se que rapazes sejam mais capazes de resistir ao abuso sexual do que raparigas, o que contribui para uma maior culpabilização das vítimas masculinas, por serem vistos como menos vulneráveis e mais responsáveis pela dinâmica com o agressor (Esnard & Dumas, 2013). Por outro lado, o cenário de abuso sexual por

parte da mãe à filha foi aquele em que os participantes atribuíram os níveis mais reduzidos de honestidade à vítima, o que parece reforçar a evidência que sugere que filhas abusadas por figuras maternas tendem a ser vistas como menos honestas e o que o abuso perpetrado por mulheres é percebido socialmente como menos grave, refletindo a crença de que mulheres não cometem agressões sexuais (Akdemir & Gölge, 2024). Além disso, mesmo no cenário em que o agressor é o pai, a vítima do sexo feminino foi ainda assim percebida como menos honesta, o que pode indicar uma tendência à desacreditação das raparigas enquanto vítimas, evidenciando um viés de género que compromete o reconhecimento da sua condição de vulnerabilidade. Este viés de género parece estar enraizado em crenças patriarcais que sustentam estruturas de poder masculinas, uma vez que, verificámos neste estudo uma associação estatisticamente significativa e negativa entre as crenças patriarcais e a perceção de severidade do abuso. Assim, é possível que as vítimas do género feminino possam ser desacreditadas, mesmo diante de evidências que indicam a violação dos seus direitos, decorrente de crenças patriarcais que minimizam o seu sofrimento (Haj-Yahia et al., 2015).

Os resultados apresentados neste estudo são particularmente relevantes, pois sugerem que as atitudes dos professores perante situações de abuso sexual parecem variar em função do género da vítima e do agressor. No entanto, é importante reconhecer um conjunto de limitações, a começar pelas características da amostra, que sendo de conveniência e não representativa, pode impactar a interpretação dos resultados aqui obtidos. Com efeito, a representatividade da amostra estando comprometida não reflete adequadamente a diversidade geográfica, o tipo de instituição de ensino (i.e., pública ou privada) e o nível de escolaridade em que os docentes atuam (e.g., educação básica ou secundária), o que pode limitar a generalização dos resultados para o conjunto da população docente. Do mesmo modo, o desequilíbrio de género, com 85.5% dos participantes do género feminino, pode restringir a generalização dos resultados.

Além disso, a representação binária do género nas vinhetas, considerando apenas as categorias masculina e feminina, é ainda uma limitação importante. Essa delimitação exclui a análise de identidades de género não-binárias e outras expressões de género, que também podem ser alvo de atitudes e atribuições negativas, em contextos de abuso sexual (DeFrain & Demers, 2025). A ausência dessa dimensão impede uma compreensão mais abrangente dos efeitos das crenças sociais sobre a perceção e o tratamento das vítimas, especialmente aquelas que não se enquadram nas normas de género tradicionais. Nesta linha, uma outra limitação relevante deste estudo diz respeito à ausência de uma

abordagem intersecional que considere o impacto da etnia ou das condições socioeconómicas nas perceções sobre o abuso sexual de crianças, bem como a forma como essas perceções se articulam com as crenças patriarcais. A literatura aponta que mulheres negras, por exemplo, enfrentam uma dupla opressão, de género e de etnia/raça, que influencia não apenas a sua vulnerabilidade, mas também a forma como são percebidas enquanto vítimas (Figueiredo, 2008). As crenças patriarcais, quando articuladas com o racismo estrutural, podem intensificar a desacreditação dos relatos de vítimas racializadas, perpetuando estigmas e desigualdades no acesso à justiça e à proteção. Assim, seria pertinente que investigações futuras explorassem o papel destas variáveis através de uma lente intersecional e a forma como estas interagem com as crenças patriarcais na construção social das dimensões exploradas nesta investigação (credibilidade da vítima, honestidade da vítima, culpabilidade do perpetrador e severidade do abuso).

Os resultados deste estudo também revelam implicações significativas tanto para a prática pedagógica quanto para a formulação de políticas públicas. Primeiramente, evidenciam a necessidade de uma formação contínua e crítica dos profissionais da educação, com foco na desconstrução de crenças patriarcais e na promoção de uma cultura escolar mais equitativa, informada e protetora. Em consonância com outras investigações, os dados indicam que professores homens tendem a apresentar mais crenças patriarcais, além de atribuírem menor honestidade e credibilidade às vítimas de abuso sexual. Esse padrão pode estar relacionado à socialização de género tradicional, à necessidade de afirmação de autoridade em contextos escolares e à ausência de formação crítica sobre masculinidades. Nesse sentido, torna-se relevante refletir sobre como a identidade do professor é constituída a partir das relações de gênero. Como aponta Louro (1997), os professores não são sujeitos neutros: suas práticas, perceções e posicionamentos são atravessados por construções sociais de gênero, que moldam tanto a forma como se veem quanto como atuam no espaço escolar. Assim, é necessário compreender de que forma um professor, pertencente a determinado contexto sociocultural, constrói a sua identidade profissional e reproduz, consciente ou inconscientemente, valores patriarcais que influenciam a sua atuação diante de situações de abuso sexual.

Em segundo lugar, a reprodução dos papéis de género também se evidencia nos resultados que mostram uma maior severidade atribuída ao abuso perpetrado pelo pai em comparação ao cometido pela mãe. Tal resultado pode demonstrar a introjeção por parte

dos professores de estereótipos que associam o homem à agressividade e a mulher ao cuidado, revelando uma compreensão limitada e enviesada sobre a dinâmica do abuso sexual, atravessada pelas crenças patriarcais. De acordo com uma revisão de literatura realizada por Henrique et al. (2024), sobre as representações de masculinidades em contextos educacionais no Brasil, prevalece ainda no contexto escolar a valorização de uma masculinidade hegemônica como modelo dominante. Assim, importa não só ampliar o conhecimento dos professores sobre o tema do abuso sexual, mas também sobre a reprodução dos papeis de género, superando visões estereotipadas e promovendo uma abordagem mais informada e crítica.

Adicionalmente, observou-se que professores mais velhos e com maior tempo de experiência profissional, independentemente do gênero, tendem a atribuir menor severidade ao abuso sexual e menor credibilidade às vítimas. Esse dado sugere que o tempo de experiência, por si só, não é suficiente para transformar perceções possivelmente enraizadas em crenças patriarcais. A maior exposição a casos de abuso sexual ao longo da carreira também não parece garantir uma compreensão mais sensível ou protetora, o que evidencia a importância de intervenções formativas específicas.

No contexto português, a integração da disciplina Cidadania e Desenvolvimento, a partir do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, tornou obrigatório, para todos os níveis de escolaridade, a inclusão de temas como Direitos Humanos e Igualdade de Género no currículo. Esta medida evidencia uma vontade política de valorizar e reconhecer a importância dessas temáticas, bem como os impactos positivos que podem representar para os alunos e para a comunidade escolar como um todo. Além disso, a formação dos professores sobre questões relacionadas à sexualidade e à igualdade de género ganhou força com a publicação do Despacho n.º 7247/2019, em 16 de agosto de 2019. O despacho reforça a importância de práticas educativas inclusivas e da capacitação dos profissionais da educação para lidar com a diversidade de género e prevenir situações de discriminação, contribuindo para um ambiente escolar mais seguro e respeitador dos direitos humanos.

Apesar dos avanços legislativos e curriculares, ainda se verificam inúmeros desafios na prática educativa, sendo fundamental o investimento na formação continuada dos professores em educação sexual e questões de género, com base num conhecimento socio-histórico e político atualizado (Silva et al., 2025), capaz de transformar as atitudes docentes face às crenças patriarcais, às questões de género e, consequentemente, à forma como abordam e respondem ao abuso sexual de crianças e jovens.

Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo aprofundar a compreensão das atitudes dos professores face ao abuso sexual de crianças e adolescentes, com especial enfoque no papel das crenças patriarcais. Partindo da premissa de que os professores ocupam uma posição privilegiada na deteção precoce e na resposta a situações de abuso (Alazri & Hanna, 2020; Nohilly & Treacy, 2024), tornou-se essencial analisar como as crenças patriarcais e os papéis de género influenciam a perceção, a interpretação e a atuação diante desse fenómeno.

Os resultados do estudo evidenciam que as atribuições dos professores em cenários hipotéticos de abuso sexual variam em função do género da vítima e do agressor. Estes resultados revelam uma visão estereotipada de género que perpetua e descredibiliza as vítimas de abuso sexual. Adicionalmente, a discrepância na avaliação da gravidade do abuso conforme o género do agressor, com maior severidade atribuída ao abuso cometido pelo pai em comparação com o perpetrado pela mãe, reforça a reprodução dos papéis de género tradicionais. Esta leitura enviesada, que associa o homem à figura de autoridade e à agressividade, e a mulher ao cuidado e à proteção, mesmo em contextos de violência, compromete a identificação e encaminhamento de casos de abuso sexual. Importa destacar que essa reprodução de crenças patriarcais não se limita a professores em início de carreira, uma vez que, profissionais com mais anos de experiência apresentaram níveis mais reduzidos quanto à severidade do abuso e à credibilidade da vítima, o que evidencia que o tempo de serviço não garante maior sensibilidade ou competência na abordagem destas situações. Este dado reforça a necessidade de uma formação específica e contínua sobre abuso sexual no contexto escolar.

Ainda assim, a formação técnica, embora essencial, não é suficiente por si só. É necessário intervir nas crenças patriarcais que moldam a perceção e a resposta dos professores. A desconstrução dessas crenças, que foram aprendidas, naturalizadas e reproduzidas ao longo da vida, representa um desafio complexo, mas fundamental. Trata-se de um processo que exige tempo, reflexão crítica, compromisso institucional, mas que é indispensável para garantir uma resposta às situações de abuso mais informada, diligente e protetora das vítimas.

Em suma, diante destes resultados, torna-se essencial investir em formação contínua e sistemática que abordem, de forma interseccional, tanto a temática do abuso sexual de crianças quanto as questões de gênero e masculinidades.

Referências Bibliográficas

Akdemir, S., & Gölge, Z. B. (2024). The role of gender stereotypes, sexual myths, and professional experience on the attitudes toward female-perpetrated sexual abuse among Turkish professionals. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 68(9), 892–914. https://doi.org/10.1177/0306624X221086571

Alaggia, R., Collin-Vézina, D., & Lateef, R. (2019). Facilitators and Barriers to Child Sexual Abuse (CSA) Disclosures: A Research Update (2000–2016). *Trauma, Violence, and Abuse*, 20(2), 260–283. https://doi.org/10.1177/1524838017697312

Alazri, Z., & Hanna, K. M. (2020). School personnel and child abuse and neglect reporting behavior: An integrative review. *Children and Youth Services Review*, *112*. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.104892

Alsawalqa, R. O., & Alrawashdeh, M. N. (2022). The role of patriarchal structure and gender stereotypes in cyber dating abuse: A qualitative examination of male perpetrators experiences. *British Journal of Sociology*, *73*(3), 587–606. https://doi.org/10.1111/1468-4446.12946

Barth, J., Bermetz, L., Heim, E., Trelle, S., & Tonia, T. (2013). The current prevalence of child sexual abuse worldwide: A systematic review and meta-analysis. In *International Journal of Public Health*, 58(3), 469–483. https://doi.org/10.1007/s00038-012-0426-1

Cant, R. L., Harries, M., & Chamarette, C. (2022). Using a Public Health Approach to Prevent Child Sexual Abuse by Targeting Those at Risk of Harming Children. *International Journal on Child Maltreatment: Research, Policy and Practice*, *5*(4), 573–592. https://doi.org/10.1007/s42448-022-00128-7

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2025). Relatório anual de avaliação da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens – 2024. https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/16406/Relat%C3%B3rio+Anual+Avalia%C3%A7%C3%A3o+Atividade+CPCJ+2024/66ec5733-2da6-4f75-b959-a719c6d2829d

Davies, M., & Rogers, P. (2009). Perceptions of blame and credibility toward victims of childhood sexual abuse: Differences across victim age, victim-perpetrator relationship, and respondent gender in a depicted case. *Journal of Child Sexual Abuse*, *18*(1), 78–92. https://doi.org/10.1080/10538710802584668

DeFrain, M. A., & Demers, J. M. (2025). Binary Interpretations of Nonbinary Features: The Impact of Victims' Gendered Characteristics on Perceptions of Sexual Violence Scenarios. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*. https://doi.org/10.1037/sgd0000824

Ensink, K., Borelli, J. L., Normandin, L., Target, M., & Fonagy, P. (2020). Childhood Sexual Abuse and Attachment Insecurity: Associations With Child Psychological Difficulties. *American Journal of Orthopsychiatry*, *90*(1), 115–124. https://doi.org/10.1037/ort0000407

Ferreira, A. L., Moura, A. T. M. S. de, Morgado, R., Gryner, S., & Branco, V. M. C. (2020). Crianças e adolescentes em situação de violência. In *Impactos da Violência na Saúde*, 181–204. https://doi.org/10.7476/9786557080948.0010

Gerke, J., Öttl, P., König, E., Fegert, J. M., Hoffmann, U., & Rassenhofer, M. (2024). Female-perpetrated child sexual abuse: A vignette study investigating professionals' gender-related perception bias and the influence of an e-learning course. *International Journal on Child Maltreatment: Research, Policy and Practice*, 7(3), 327–349. https://doi.org/10.1007/s42448-024-00193-0

Governo de Portugal. (2018). Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho. Diário da República, 1.ª série. https://files.dre.pt/1s/2018/08/15601/0000200022.pdf

Haj-Yahia, M. M., Sousa, C., Alnabilsy, R., & Elias, H. (2015). The Influence of Palestinian Physicians' Patriarchal Ideology and Exposure to Family Violence on Their Beliefs about Wife Beating. *Journal of Family Violence*, *30*(3), 263–276. https://doi.org/10.1007/s10896-015-9671-4

Henrique, E. dos S., Rocha, L. D. da, & Silva, E. da. (2024). Representações de masculinidades em contextos educacionais: Uma revisão integrativa. *Linhas Críticas*, 30, e54320. https://doi.org/10.26512/lc30202454320

Iaconelli, V. (2023). *Manifesto antimaternalista: Psicanálise e políticas da reprodução*. Companhia das Letras.

Kitil, G. W., Dinagde, D. D., Butta, F. W., Tola, M. A., Feyisa, G. T., Marami, S. N., Jifar, W. W., Dube, G. N., Shibabaw, A. A., Gebeyehu, C. D., & Chereka, A. A. (2025). Magnitude of female child sexual abuse in Ethiopia: A systematic

review and meta-analysis. *Heliyon*, *11*(1). https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2024.e41175

Klebanov, B., Attrash Najjar, A., Hindi, I., & Katz, C. (2025). Unspoken realities: Confronting the silence and isolation in intrafamilial child sexual abuse as expressed in the narratives by those who underwent it. *Children and Youth Services Review*, *171*. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2025.108174

Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Vozes.

MacIntosh, H. B., & Ménard, A. D. (2021). Where are We Now? A Consolidation of the Research on Long-term Impact of Child Sexual Abuse. *Journal of Child Sexual Abuse*, *30*(3), 253–257. https://doi.org/10.1080/10538712.2021.1914261

Magalhães, E., Graça, J., Antunes, C., Ferreira, C., & Pinheiro, M. (2022). Why are men more likely to endorse myths about child sexual abuse than women? Evidence from disposition and situation-based approaches. *Child Maltreatment*, 27(3), 356–365. https://doi.org/10.1177/1077559520988353

Magalhães, E., Gomes, A., Graça, J., Antunes, C., Chim, I., Ferreira, C., & Costa, P. (2025). Child sexual abuse attributions: Are they different depending on mothers versus fathers' reactions? *Anuário de Psicologia Jurídica*, 35, 71–78. https://doi.org/10.5093/apj2025a5

Márquez-Flores, M. M., Granados-Gámez, V. V., & Márquez-Hernández, G. (2016). Teachers' Knowledge and Beliefs About Child Sexual Abuse. *Journal of Child Sexual Abuse*, *25*(5), 538–555. https://doi.org/10.1080/10538712.2016.1189474

Mathews, B., & Collin-Vézina, D. (2019). Child sexual abuse: Toward a conceptual model and definition. *Trauma, Violence, & Abuse*, 20(2), 131–148. https://doi.org/10.1177/1524838017738726

Nohilly, M., & Treacy, M. (2024). Teachers' perceptions of enabling and hindering factors in child abuse disclosures. *Child Protection and Practice*, *3*, 100064. https://doi.org/10.1016/j.chipro.2024.100064

Pereda, N., Guilera, G., Forns, M., & Gómez-Benito, J. (2009). The prevalence of child sexual abuse in community and student samples: A meta-analysis. *Clinical Psychology Review*, *29*(4), 328–338. https://doi.org/10.1016/j.cpr.2009.02.007

Presidência do Conselho de Ministros & Ministério da Educação. (2019). Despacho n.º 7247/2019, de 16 de agosto. Diário da República, 2.ª série. https://files.dre.pt/2s/2019/08/156000000/0002100023.pdf

Santos, S. J., Garraio, J., de Sousa Carvalho, A., & Amaral, I. (2022). A space to resist rape myths? Journalism, patriarchy and sexual violence. *European Journal of Women's Studies*, *29*(2), 298–315. https://doi.org/10.1177/13505068211048465

Secretaria-Geral do Sistema de Segurança Interna. (2025). Relatório anual de segurança interna – RASI 2024. Governo de Portugal.

Seto, M. C., Babchishin, K. M., Pullman, L. E., & McPhail, I. V. (2015). The puzzle of intrafamilial child sexual abuse: A meta-analysis comparing intrafamilial and extrafamilial offenders with child victims. *Clinical Psychology Review*, 39, 42–57. https://doi.org/10.1016/j.cpr.2015.04.001

Sigad, L. I. (2024). "Everything is changing, we need to adapt": Between tradition and modernity—Educators coping with child sexual abuse. *Journal of Interpersonal Violence*. https://doi.org/10.1177/08862605241275981

Silva, M. J., Gama, A., & Ferreira, E. (2025). Desafios na formação de docentes em identidade, expressão e igualdade de género: Um estudo de caso. *Revista Investigar em Educação*, 2(13). https://doi.org/10.34626/5nk1ka21

Snyman, R., Smith, S., & Schalkwyk, K. Van. (2025). Barriers to and facilitators of self-disclosure by male victims of child sexual abuse: A rapid review. *Children and Youth Services Review*, *172*. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2025.108272

Stoltenborgh, M., van IJzendoorn, M. H., Euser, E. M., & Bakermans-Kranenburg, M. J. (2011). A global perspective on child sexual abuse: Meta-analysis of prevalence around the world. *Child Maltreatment*, *16*(2), 79–101. https://doi.org/10.1177/1077559511403920

Unger, J. A., Norton, G. R., & De Luca, R. V. (2009). The relationship between a history of childhood sexual abuse and gender role attitudes. *Journal of Child Sexual Abuse*, *18*(6), 641–654. https://doi.org/10.1080/10538710903308207

United Nations Children's Fund. (2025). Sexual violence. https://data.unicef.org/topic/child-protection/violence/sexual-violence/

Vázquez-Tirado, S. (2022). Gender and victim stereotypes in perceptions of child sexual abuse in Puerto Rico. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling*, *19*(2), 73–87. https://doi.org/10.1002/jip.1590

Yoon, E., Adams, K., Hogge, I., Bruner, J. P., Surya, S., & Bryant, F. B. (2015). Development and validation of the Patriarchal Beliefs Scale. *Journal of Counseling Psychology*, 62(2), 264–279. https://doi.org/10.1037/cou0000056

World Health Organization. (1999). *The world health report 1999: Making a difference*. World Health Organization. https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/42167/WHR_1999.pdf

World Health Organization. (2022). *Responding to child maltreatment: A clinical handbook for health professionals*. World Health Organization. https://www.who.int/publications/i/item/9789240048737